

**A. I. Nº** - 207150.0005/18-4  
**AUTUADO** - FLORIPES OLIVEIRA DOS SANTOS  
**AUTUANTE** - JOSE ANTONIO RODRIGUES PEREIRA  
**ORIGEM** - INFAZ JACOBINA  
**PÚBLICAÇÃO** - INTERNET: 29/08/2019

#### **6ª JUNTA DE JULGAMENTO FISCAL**

#### **ACÓRDÃO JJF Nº 0026-06/19**

**EMENTA:** ICMS. LEVANTAMENTO QUANTITATIVO DE ESTOQUES. ENTRADAS E SAÍDAS DE MERCADORIAS SEM OS DEVIDOS REGISTROS FISCAIS E CONTÁBEIS. SAÍDAS DE MERCADORIAS TRIBUTÁVEIS SEM OS DEVIDOS REGISTROS FISCAIS E CONTÁBEIS. Infração caracterizada em decorrência da constatação de diferenças tanto de entradas omitidas como de saídas através de auditoria de estoques, sendo correta a exigência do imposto com base no maior valor não declarado (saídas). Todavia foi efetuada correção no cálculo do imposto devido. Infração parcialmente subsistente. Auto de Infração **PROCEDENTE EM PARTE**. Decisão unânime.

#### **RELATÓRIO**

O presente Auto de Infração lavrado em 29/03/2018, exige ICMS no valor de R\$25.282,79, acrescido da multa de 100%, em razão da seguinte imputação:

Infração 01 – 04.05.02 – Falta de recolhimento do imposto relativo à omissão de saídas de mercadorias tributáveis efetuadas sem emissão de documentos fiscais, sem a respectiva escrituração, decorrente da falta de registro de saídas de mercadorias em valor superior ao das entradas efetivas omitidas, apurada mediante levantamento quantitativo de estoques por espécie de mercadorias no exercício fechado de 2016.

Enquadramento Legal: art. 2º, I e art. 23-B da Lei nº 7.014/96 C/C art. 83, I, do RICMS, publicado pelo Decreto nº 13.780/2012; e art. 13, I da Portaria nº 445/98. Multa prevista no art. 42, III, da Lei nº 7.014/96.

O contribuinte tomou ciência do Auto de Infração em 11/04/18 e ingressou tempestivamente com defesa administrativa em 11/06/18, peça processual que se encontra anexada às fls. 28 a 30.

A Impugnação foi formalizada através de petição subscrita por sua representante legal, onde alega ter percebido que as quantidades apontadas pela auditoria como (QtdOmiss), no relatório fiscal, é justamente a quantidade escriturada no Livro Fiscal – Registro de Inventário no Arquivo do SPED Fiscal de Fevereiro de 2017, conforme Recibo: B0.C0.C1.8A.A6.66.F5.9A.9F.10.6E.68.43.E5.B4.34.DF.98.16.56-4, emitido via Internet pelo Agente Receptor SERPRO em 26/01/2018 às 10:21:47.

Entende, dessa forma, que a maioria dos produtos listados no relatório de omissão de saídas, não tiveram seus respectivos estoques finais considerados na auditoria, mesmo estando escriturado no Registro de Inventário do Arquivo do SPED Fiscal.

Cita como exemplo, que o produto código - 85 apresenta um estoque final de 13 unidades na Página 3 de 318 do Registro de Inventário do Arquivo do SPED Fiscal enviado em 26/01/2018.

Acrescenta que o Demonstrativo “Omissão de saídas/entradas apurada mediante levantamento quantitativo de estoque – LISTA GERAL DE OMISSÕES”, Página 13 de 14, apresenta também uma omissão de 13 unidades.

Entretanto, observa que a coluna “EstFin” no referido relatório (LISTA GERAL DE OMISSÕES) a quantidade apresentada é 0,000, e que se for considerada a quantidade escriturada no inventario citado acima, a coluna “EstFin” não teria a diferença apontada pela auditoria.

Informa que elabora a seguir uma lista de códigos dos produtos, onde os estoques finais foram escriturados no Inventario de 31/12/2016, que constam no Arquivo do SPED Fiscal enviado em 26/01/2018, mas que não foram considerados pela auditoria:

1008, 1022, 1051, 1053, 1054, 1056, 1101, 1102, 1103, 1105, 1106, 1107, 1108, 1110, 1111, 1139, 115, 120, 1211, 1212, 1216, 1229, 1233, 1273, 1295, 1303, 1315, 1330, 1331, 1333, 1335, 1336, 1337, 1342, 1353, 1359, 1371, 1376, 1377, 1378, 1379, 1404, 1419, 1449, 1450, 1451, 1485, 1489, 1523, 1527, 1530, 1553, 1567, 1568, 1583, 1643, 1649, 1650, 1651, 1712, 1713, 1809, 1810, 1850, 189, 1900, 191, 1958, 1986, 1987, 2049, 2116, 2118, 2195, 2215, 2220, 2249, 2256, 2257, 2258, 2337, 2341, 2343, 2344, 2349, 2376, 2434, 2435, 255, 256, 325, 331, 335, 350, 404, 423, 602, 605, 625, 638, 786, 787, 788, 798, 799, 801, 802, 804, 816, 85, 871, 897, 898, 899, 900, 901, 902, 903, 904, 905, 906, 907, 909, 91, 910, 92, 920, 934, 946, 95, 96.

Aduz que outro equívoco identificado refere-se à alguns produtos que não tiveram a quantidade escriturada na coluna correspondente ao estoque inicial (EstIni). Afirma que essas quantidades estão no Inventario de 31/12/2015 do arquivo SPED FISCAL correspondente, e que a título de exemplo pode citar o produto código 831.

Ao final, dizendo que está anexando os documentos mencionados na peça defensiva, requer a anulação do Auto de Infração.

O autuante presta informação fiscal às fls. 33/34, onde reconheceu ter cometido alguns equívocos no levantamento efetuado, dizendo que acredita que tal fato decorreu de um erro de sistema, após a atualização da versão do aplicativo utilizado para a apuração.

Relata que após ter analisado os relatórios em confronto com os registros fiscais da EFD, constatou que efetivamente não foram apropriados os valores de forma correta.

Aduz que após ter checado item por item, procedeu à correção dos equívocos cometidos, resultando na redução do valor a ser exigido para R\$16.199,22, conforme os novos demonstrativos que anexou às fls. 35 a 38.

Ao final, solicita o julgamento pela procedência parcial do Auto de Infração, em virtude da redução procedida.

Em virtude da juntada aos autos, por parte do autuante, de novos demonstrativos, a 3ª JJF decidiu em Sessão Suplementar converter o processo em diligência à INFAZ de Origem, para que o autuado pudesse tomar ciência dos documentos referidos, e que querendo voltasse a se manifestar a respeito (fls. 40).

O autuado tomou ciência dos elementos acima mencionados, conforme documentos às fls. 43/44, porém não se manifestou a respeito.

## **VOTO**

Preliminarmente constato que o Auto de Infração foi lavrado com a estrita observância dos ditames contidos no art. 39 do RPAF/99, a descrição dos fatos, considerados como infração da obrigação, foi apresentada de forma clara, precisa e sucinta, encontrando-se apta a surtir seus efeitos jurídicos e legais.

Não foi constatada violação ao devido processo legal e a ampla defesa, sendo o imposto e sua base de cálculo apurados consoante o levantamento e documentos acostados aos autos.

Assim não havendo vícios na lavratura do Auto de Infração, tampouco no decorrer da instrução processual, que possam inquinar de nulidade o lançamento, passo à análise do mérito, como segue.

Conforme já mencionado no relatório, o lançamento fiscal resultou da aplicação de Levantamento Quantitativo Por Espécie de Mercadorias em Exercício Fechado, sendo apuradas omissões, tanto

de entradas como de saídas, sendo lançado aquele de maior valor monetário, qual seja, o das saídas.

O procedimento de auditoria de estoques está previsto na legislação vigente, inclusive à época dos fatos geradores, e encontra-se disciplinado na Portaria nº 445/98, tendo como objetivo *“conferir as entradas e saídas de mercadorias do estabelecimento de contribuinte, num determinado período, tomando-se como pontos de referência os inventários inicial e final do período considerado, levando-se em conta tanto as quantidades de mercadorias como a sua expressão monetária”*.

Na forma da legislação e de acordo com o entendimento já sedimentado neste CONSEF, a constatação de omissão de saídas de mercadorias, seja real ou presumida, apurada mediante a aplicação do roteiro de estoques constitui comprovação suficiente da falta de pagamento do ICMS relativo a operações efetuadas pelo contribuinte sem a emissão de documentos fiscais e, consequentemente, sem o lançamento dos valores correspondentes em sua escrita.

O autuado em sua defesa alegou que os cálculos efetuados pelo autuante estão incorretos, uma vez que não foram apropriadas as quantidades do inventário inicial e final, tendo relacionado uma série de códigos dos produtos que afirma terem apresentado tal erro.

O autuante, por ocasião de sua informação fiscal, reconheceu o cometimento de alguns equívocos no levantamento efetuado, dizendo que decorreu de um erro de sistema, após a atualização da versão do aplicativo utilizado para a apuração.

Dessa forma, informou que após ter verificado item por item, procedeu a correção dos equívocos cometidos, resultando na redução do valor a ser exigido para R\$16.199,22, conforme os novos demonstrativos elaborados às fls. 35 a 38.

Em virtude da juntada aos autos, por parte do autuante, de novos demonstrativos, a 3ª JJF decidiu em Sessão Suplementar converter o processo em diligência à INFAZ de Origem, para que o autuado tomasse ciência dos documentos referidos, e para que, querendo, pudesse novamente se manifestar.

Entretanto, o autuado foi devidamente notificado, conforme comprovação às fls. 43/44, e não mais se manifestou a respeito, o que demonstra na aceitação tácita da retificação efetuada pelo autuante, por ocasião da informação fiscal.

Nessas circunstâncias, e verificando que a retificação elaborada pelo autuante, efetivamente corrigiu as falhas de apropriação das quantidades consideradas nos inventários, considero subsistente a ação fiscal, com base na redução proposta na informação fiscal.

Do exposto, voto pela PROCEDÊNCIA EM PARTE do Auto de Infração, de acordo com o demonstrativo às fls. 35/36, reduzindo o valor da exigência para R\$16.199,22.

## RESOLUÇÃO

ACORDAM os membros da 6ª Junta de Julgamento Fiscal do Conselho de Fazenda Estadual, por unanimidade, julgar **PROCEDENTE EM PARTE** o Auto de Infração nº **207150.0005/18-4** lavrado contra **FLORIPES OLIVEIRA DOS SANTOS**, devendo ser intimado o autuado para efetuar o pagamento de imposto no valor de **R\$16.199,22**, acrescido da multa de 100%, prevista no art. 42, III da Lei nº 7.014/96, e dos acréscimos legais.

Sala das Sessões do CONSEF, 26 de agosto de 2019.

LUÍS ROBERTO DE SOUSA GOUVÊA – PRESIDENTE EM EXERCÍCIO/RELATOR

ANTONIO EXPEDITO SANTOS DE MIRANDA – JULGADOR